



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CNPJ: 23.697.857/0001-08

Processo:	20220224/2022
FLS:	55
Rubrica:	X

CONTRATO Nº 20220304/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20220224/2022

DISPENSA Nº 006/2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO, E DE OUTRO LADO O SENHOR MIECIO MENDES FROZ, PARA O FIM QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO/MA**, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 23.697.857/0001-08, com sede na Avenida João Pessoa, nº 33, Centro, São Luís Gonzaga do Maranhão/MA, neste ato representado pelo Presidente Senhor Luan Rogério Jerônimo da Silva, brasileiro, agente público, residente cidade São Luís Gonzaga do Maranhão/MA, portador do CPF n 021.062.743-35 e Carteira de Identidade sob nº 1226703990, Órgão Emissor GEJUSPC/MA, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e o Senhor Miecio Mendes Froz, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente na cidade de São Mateus do Maranhão - MA, portador do CPF: 960.549.213-04 e RG: 1493952000-4, Nº de Inscrição no CREA/GO 1018060103/D, aqui denominado apenas **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no **Procedimento Administrativo nº. 20220224/2022** e no Termo de **Dispensa de Licitação de nº. 006/2022**, com fundamento no artigo 24, inciso I da Lei nº. 8.666/93, bem como nas demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento contrato de prestação, mediante as cláusulas e as condições seguintes, abaixo pactuadas, baseado na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a contratação de profissional técnico especializado na prestação de serviços de engenharia para atividades compreendidas em levantamento, elaboração de projeto, orçamento e fiscalização da obra, com fins a auxiliar nos serviços de manutenção do prédio da Câmara Municipal de São Luís Gonzaga do Maranhão - MA.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUAN.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Prestação de serviços de técnicos especializados em engenharia, compreendendo levantamento, elaboração de projeto, orçamento e fiscalização da obra para consecução de posterior manutenção predial.	SERVIÇO	01	5.000,00	5.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA- DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os serviços discriminados na cláusula anterior deverão ser prestados em São Luís Gonzaga do Maranhão, onde o **CONTRATADO** estará à disposição do **CONTRATANTE** para execução dos serviços até o final do contrato em epígrafe.



Processo:	2022022/2022
FLS:	56
Rubrica:	X

ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CNPJ: 23.697.857/0001-08

2.2. Correrá por conta da CONTRATADO o fornecimento de todo o material necessário para execução dos serviços supramencionados.

CLÁUSULA TERCEIRA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

3.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 são obrigações do CONTRATADO:

3.2 Entregar à CONTRATANTE os projetos básicos devidamente registrados na entidade profissional competente e assinados pelo profissional responsável, que permitam a contratação da execução das obras, no prazo máximo de 10 (dez) dias após assinatura do presente contrato.

3.3 O projeto deverá ser aprovado pela CONTRATANTE.

3.4 O projeto deverá indicar todos os elementos necessários à realização da obra. Deverão ser apresentados os seguintes produtos:

3.4.1 Representação gráfica, em escala adequada com plantas baixas, cortes e vistas necessários à completa compreensão dos serviços a serem executados e materiais empregados na obra civil bem como todos os detalhes construtivos necessários;

3.4.2 Orçamento detalhado com cronograma físico-financeiro para licitação da execução da manutenção, incluindo planilha de composição do BDI com indicação dos índices, assinado por profissional habilitado e com o registro no órgão técnico competente - ART do CREA - MA. O orçamento deverá atender o Acórdão 2.622/13 do TCU (BDI);

3.4.3 Composição de todos os custos unitários da planilha, com indicação do item de referência utilizado para cada serviço, devendo as cotações serem limitadas superiormente aos preços indicados nas fontes de consulta, com a seguinte ordem de preferência:

3.4.3.1 Mediana de preços do SINAPI;

3.4.3.2 Nos casos em que o SINAPI não oferecer custos unitários de insumos ou serviços, poderão ser adotados aqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, ou do Estado do Maranhão, incorporando-se às composições de custos dessas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI;

3.4.3.3 Revistas especializadas no ramo.

3.5 Os produtos a serem entregues em cada etapa são:

3.5.1. Orçamento estimativo;

3.5.2. Relatório com os materiais e equipamentos a serem adotados, com custos.

3.5.3. Projeto Básico:

3.5.3.1. Orçamento detalhado em nível de projeto básico (Art. 6ª da Lei nº 8.666/93);

3.5.3.2. Pranchas de desenho com os detalhes do projeto;

3.5.3.3. Composição dos custos unitários (CCU) de todos os itens de serviços;

3.5.3.4. Composição das taxas de BDI (edificação e equipamentos);



Processo:	2022022022
FLS:	57
Rubrica:	

ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CNPJ: 23.697.857/0001-08

3.5.3.5. Caderno de especificações técnicas;

3.5.3.6. ART dos projetos;

3.5.3.7. Acompanhar a execução do projeto;

3.6. Quanto ao acompanhamento da execução do projeto básico:

3.6.1. Fiscalizar a execução das obras, verificando todos os serviços, o emprego de materiais de primeira qualidade que atendam às exigências contidas nas normas técnicas da ABNT, das concessionárias de serviço público, do Decreto nº 92.100/85, ISO 9002, IPT, INMETRO tudo de acordo com os projetos e especificações pertinentes, responsabilizando-se inteiramente pela indicação das falhas e descumprimentos dos projetos e seus anexos, mediante anotação, nos respectivos Diários de Obras, de todas as ocorrências relacionadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos;

3.6.2. Organizar arquivo das documentações pertinentes às obras mantendo-o com cópias dos projetos, memoriais descritivos, cadernos de especificações técnicas, planilhas de quantificação e orçamento, editais, propostas das licitantes vencedoras e contrato firmado com a construtora, cópias de informações, medições e relatórios emitidos e recebidos durante o desenvolvimento dos trabalhos, e demais elementos pertinentes, além das folhas do Diário de Obras destinadas à Fiscalização e à Administração;

3.6.3. Analisar e aprovar ou não, as atualizações a serem realizadas pela construtora no cronograma físico-financeiro de acordo com os recursos e prazos disponíveis para o serviço engenharia;

3.6.4. Analisar a pertinência e conveniência das propostas de alterações de projeto e/ou especificações que venham a ser feitas pela construtora contratada, emitindo parecer técnico e submetendo-as à aprovação da contratante;

3.6.5. Cumprir as decisões tomadas pela contratante com relação às alterações que venham a ser propostas e que serão registradas nos respectivos Diários de Obras;

3.6.6. Anotar todas as modificações aprovadas e efetivamente executadas no serviço para posterior encaminhamento empresa contratada para que acrescente ao projeto "as built", que deverão ser apresentados após a conclusão do serviço;

3.6.7. Analisar os projetos "as built", verificando a correção de suas informações;

3.6.8. Promover as avaliações e medições das etapas executadas, observado o disposto nos cronogramas físico-financeiro vigente e na proposta apresentada pela contratada;

3.6.9. Encaminhar a cada 15 (quinze) dias à contratante as informações relativas às medições, acompanhadas de relatórios, expondo o andamento do serviço de acordo com o cronograma e quaisquer descumprimentos contratuais porventura detectados, inclusive com fotografias que demonstrem a evolução dos serviços em andamento no período;

3.6.10. Informar, conclusivamente, todas as previsões ou constatações de atrasos ou antecipações do serviço e, em ambos, fornecer as razões determinantes, bem como trazer ao conhecimento da Administração eventuais atrasos ou descumprimentos das construtoras no atendimento de quaisquer solicitações que possam comprometer a qualidade, segurança e o andamento do serviço;

[Handwritten signature]



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CNPJ: 23.697.857/0001-08**

Processo:	2022022/2022
FLS:	58
Rubrica:	

- 3.6.11. Preparar, convocar e participar de reuniões técnicas acerca do serviço;
- 3.6.12 Exercer a fiscalização no interesse da contratante, o que não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros;
- 3.6.13 Emitir parecer sobre prorrogações de prazos, contendo os subsídios necessários e indispensáveis à tomada de decisões pela contratante;
- 3.6.14 Aprovar ou não a aplicação dos materiais a serem utilizados na obra, mediante análise de amostras, controlando a entrada de materiais no canteiro, aceitando-os ou recusando-os, nos termos das especificações;
- 3.6.15 Determinar a retirada, do canteiro de obra, de materiais recusados visando a segurança e funcionalidade dos locais;
- 3.6.16 Analisar os pedidos da empresa contratada de substituição de materiais por similares, de acordo com o conceito de similaridade estabelecido pelo projeto básico do serviço em andamento;
- 3.6.17 Acompanhar as eventuais substituições dos empregados da empresa contratada, conferindo suas atribuições profissionais de acordo com a RE (relação de empregados) e as Carteiras de Trabalho que serão fornecidos pela construtora;

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1 Permitir o acesso da CONTRATADA, devidamente identificada às suas dependências para execução de serviços referente ao objeto deste Contrato, quando necessário;
- 4.2 Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, com relação ao objeto deste Contrato;
- 4.3 Exigir o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, inclusive quanto a não interrupção dos serviços ora pactuados;
- 4.4 Nomear um representante para a fiscalização deste contrato, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93;
- 4.5 Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuado.

CLÁUSULA QUINTA- DA FISCALIZAÇÃO

- 5.1. Os serviços deverão obedecer minuciosamente às instruções do CONTRATANTE através da Câmara, a quem caberá o direito de fiscalizar e efetuar o acompanhamento dos serviços, podendo suspendê-los em se constatando quaisquer irregularidades na sua execução.

CLÁUSULA SEXTA- DO VALOR E DOS SERVIÇOS CONTRATOS

- 6.1. O preço contratado para a execução dos serviços especificados acima é de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais) pagos em sua integralidade no ato da entrega do projeto básico, tal qual abaixo:

- 6.1.1. Projeto Básico:
 - 6.1.1.1. Composição dos custos unitários (CCU) de todos os itens de serviços;
 - 6.1.1.2. Composição das taxas de BDI (edificação e equipamentos);



Processo:	2022022/2022
FLS:	59
Rubrica:	✓

ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CNPJ: 23.697.857/0001-08

- 6.1.1.3. Caderno de especificações técnicas;
- 6.1.1.4. ART de todos os projetos;
- 6.1.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do projeto na execução da pretensa contratação para manutenção predial desta Casa de Leis;

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento do valor estabelecido na cláusula anterior será efetuado através de ordem bancária na conta abaixo fornecida pelo Contratado, mediante a averiguação e recebimento dos serviços prestados.

- 7.1.1. AGÊNCIA Nº 0752-8
- 7.1.2. C/CORRENTE: 41.446-8
- 7.1.3. BANCO DO BRASIL

7.2. Sobre os valores das notas fiscais e/ou faturas, não pagos nas datas previstas, incidirão juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, desde a data do vencimento até o dia de seu efetivo pagamento, proporcionais aos dias de atraso.

7.3. Os reajustamentos de preços, quando for o caso, obedecerão às normas emanadas de leis que à época, estiverem regulando a política econômica do país.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

8.1. A despesa advinda da execução deste contrato será financiada com recursos próprios e ocorrerá à conta da seguinte dotação orçamentária, do vigente orçamento:

Poder: 01. Poder legislativo
Órgão: 01. Câmara Municipal
Unidade: 01. Câmara Municipal
Ação Legislativa: 031
Programa de Gestão Legislativa: 01 031 0001
Manutenção e Funcionamento da Câmara Municipal - Proj./Ativ - 01.031.0001.2001.0000
Despesas correntes - 3
Dotações: 3.3.90.36.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

CLÁUSULA NOVA - DO PRAZO

9.1. O presente contrato vigorará pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias após a assinatura deste instrumento contratual ou enquanto durar a execução da manutenção predial pretendida por este Órgão, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo de Prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

- 10.1. Presente contrato poderá ser alterado:
 - 10.1.1. Unilateralmente, pela Câmara Municipal, quando:



Processo:	202022/2022
FLS:	60
Rubrica:	↓

ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CNPJ: 23.697.857/0001-08

a) for necessária a modificação da amplitude contratual, decorrente de acréscimo ou supressão quantitativa de seu objeto, observando-se, neste caso, o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

10.2.1. Por acordo entre as partes, quando:

- a) For conveniente a substituição da garantia de sua execução;
- b) For necessário a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantidos o valor e as condições de pagamento iniciais;
- c) For necessária a modificação do regime de execução ou do prazo, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- d) For necessário restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da Administração, para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro;
- e) Por motivos de força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES

11.1. A inexecução ou execução parcial do contrato sujeitará a CONTRATADO, garantindo-lhe prévia defesa, às seguintes sanções:

- 11.1.1. Advertência;
- 11.1.2. Rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA RESCISÃO

12.1. Este contrato poderá ser rescindido, a qualquer momento, por inadimplência de qualquer das partes contratantes, recebendo o CONTRATADO o valor dos serviços efetivamente executados até a data da rescisão, ou em virtude de ocorrência de algum dos motivos elencados no art. 78 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA MULTA

13.1. A parte que der causa à rescisão deste contrato, por descumprimento de qualquer de suas cláusulas ou inadimplência, incorrerá na multa de 10% (Dez por cento) sobre o seu valor total.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS QUESTÕES DIVERSAS

14.1. O presente contrato fica vinculado aos dispositivos da Lei nº 8666/93, de 21/06/93 e suas posteriores modificações;

14.2. As partes CONTRATANTES, caso haja rescisão administrativa deste contrato, desde já reconhecem, em favor daquela que não deu causa, integralmente, os direitos previstos na cláusula décima primeira e na Lei nº 8666/93 e suas posteriores alterações;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS QUESTÕES DIVERSAS



Processo:	2022022/2022
FLS:	61
Rubrica:	↓

ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CNPJ: 23.697.857/0001-08

15.1. O presente contrato fica vinculado aos dispositivos da Lei nº 8666/93, de 21/06/93 e suas posteriores modificações;

15.2. As partes CONTRATANTES, caso haja rescisão administrativa deste contrato, desde já reconhecem, em favor daquela que não deu causa, integralmente, os direitos previstos na cláusula décima primeira e na Lei nº 8666/93 e suas posteriores alterações;

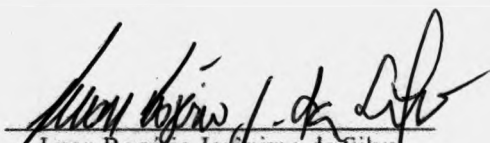
15.3. A CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Luís Gonzaga do Maranhão, para dirimir as questões oriundas do presente ajuste contratual, renunciando-se as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

São Luís Gonzaga do Maranhão - Ma, 15 de Março de 2022.


Luan Rogério Jerônimo da Silva
Câmara Municipal de São Luís Gonzaga do Maranhão/MA
CNPJ: 23.697.857/0001-08
CONTRATANTE


Micio Mendes Froz
Engenheiro Civil
CREA/GO 1018060103/D
CONTRATADO